

OS BENEDITINOS E A CULTURA: RESSONÂNCIAS DA ILUSTRAÇÃO

Por Luís A. de Oliveira Ramos

Nos finais do século XVIII, a sociedade portuguesa atravessa um período de crescimento demográfico e de evidente prosperidade comercial, a que se alia a expansão industrial e um certo fomento agrário, contrastado por um decréscimo da produção cerealífera. Nas zonas distantes dos mercados ricos a agricultura é difícil e escasso o poder de compra e os interesses da população; pelo alvor do século XIX, o país sentirá uma quebra no sector fabril que se liga ao avanço da revolução industrial inglesa e ao arcaísmo das estruturas manufactureiras¹.

Na ordem política afirma-se o poder da monarquia. Socialmente, a burguesia progride e cresce o funcionalismo sem que aflorem tensões sociais graves². Entre os eclesiásticos, abundam os sacerdotes carecidos de vocação. Acentua-se também a propensão da Coroa para se imiscuir nos assuntos eclesiásticos, quer para melhor os controlar, quer para obter novas fontes de receita. Sobretudo os regulares são objecto de críticas enfáticas por parte dos «filósofos do século». Sem embargo, a generalidade das comunidades religiosas integra gente que vive livre de preocupações de monta graças aos seus réditos.

Grande potentado rural, a Congregação de S. Bento, dispersa por 23 mosteiros, figura entre as corporações mais ricas, com rendimentos que oscilam entre os 230 e os 250 mil cruzados na passagem do século³. A maior parte dos bens que possui, provêm de

¹ Luís A. de Oliveira Ramos, *O Porto e as Origens do Liberalismo*, Porto, 1980, pp. 7-15.

² Cf. Albert Silbert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, 1973, pp. 49-50.

³ *Os Frades Julgados no Tribunal da Razão*, Lisboa, 1814, p. 98, Nota 25 e p. 102, Nota 26. As notas do opúsculo agora referido são da autoria de Fr. Francisco de S. Luís, o futuro cardeal Saraiva.

dízimos ou foros sabidos. Os chamados foros sabidos são rendimentos de bens enfitêuticos, cujo domínio útil estava nas mãos dos seculares e era alienável. Os fundos propriamente amortizados e inalienáveis — então vergastados por intelectuais esclarecidos — constituem-nos as cercas ou passais dos mosteiros e algumas quintas. O seu rendimento não era, talvez, nem a décima parte da renda anual. A Ordem sustenta e veste 320 religiosos e alimenta e paga à volta de 300 criados, a metade ou dois terços dos quais trabalha na lavoura e nas abegoarias⁴.

Os monges distinguem-se pelo espírito esmoler decorrente das respectivas disposições estatutárias e, no final do século, gozam de bom nome, se bem que na Congregação existam religiosos passíveis de funda crítica. Como qualquer outro instituto, afectam-na os efeitos do declinar geral da condição regular, decorrentes de iniciativas do absolutismo final e da marcha da sociedade de ordens para a sociedade de classes, agravados pela incapacidade dos superiores na selecção dos pretendentes e por malformações do sistema educativo. Sintomas outoniços decorrem, na verdade, da ingerência régia nos negócios internos da Congregação, das exigências do fisco, patentes, por exemplo, nos impostos regalistas do quinto e da décima e da falta de sinceridade de muitos monges ao abraçarem a regularidade, factos que, somados às solicitações do mundo e às deficiências de formação, implicam degenerescências da observância.

São situações que o apego à cultura e a propensão clerical de outros religiosos, não logram estancar, tantos mais que, por força das suas obrigações no ensino, na pregação, etc, só 1/3 dos monges está obrigado a seguir integralmente a vida regular⁵.

Como entre os leigos, no seio da comunidade reflectem-se algumas das tensões do mundo português no ocaso do Antigo regime.

Não faltam nos conventos monges ultramontanos e monges cismontanos. Sentido é o embate entre a mística e o racionalismo, em que se insere a questão da jacobea⁶. Alguns frades mostram-se

⁴ *Ibidem*, p. 102, nota 26 e p. 98, nota 25.

⁵ Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, *Problemas e virtualidades da Congregação de S. Bento nos fins do século XVIII*, Santo Tirso, 1982.

⁶ Basta lembrar os nomes de Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão, admirador de Pombal e o de Fr. José da Expectação, discípulo de Fr. Miguel da Anunciação e elemento do movimento jacobeu.

ciosos dos privilégios que, no absolutismo, a Ordem gozava e outros colaboram na aplicação do despotismo esclarecido⁷. As «luzes» que a pedagogia e a filosofia pombalina traduzem não logram apagar, aqui e ali, a marca imperecível da escolástica, além de desviarem religiosos das obrigações puramente sacerdotais⁸. Se alguns continuam fiéis aos padrões da investigação individual, isolada, outros afirmam o seu pendor científico em associações de cultura e ciência⁹. Não raro, descobrimos religiosos que são modernos numa área e apegados a modelos antigos em diferente matéria¹⁰. Há ainda os que da ilustração evoluem para o liberalismo¹¹, a par dos que se quedam nos modelos regalistas ou aderem às posições absolutistas interpretadas por D. Miguel¹². Nesta exposição, trataremos só da ressonância da ilustração nos claustros de S. Bento, ou seja, da influência aí do movimento dirigido pelos filósofos que assinala «o triunfo do racionalismo e do espírito crítico, 'coroando' a evolução mental da época mo-

⁷ Além de Fr. Joaquim de Santa Clara, apontado na nota anterior, que veio a ser arcebispo de Évora, recorda-se o nome de Fr. Francisco da Natividade, adepto do iluminismo que, a exemplo de Fr. Francisco de S. Bento Barba, outro intelectual das «luzes», reagiu contra medidas pombalinas lesivas dos interesses da congregação de S. Bento. Ver Luís A. de Oliveira Ramos, *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica)*, Braga, 1976, p. 34.

⁸ Recordem-se as críticas, na Faculdade de Teologia da Universidade reformada, enunciadas contra o compêndio redigido pelo lente Fr. António de S. José. Cf. M. E. da Motta Veiga, *Esboço Histórico da Faculdade de Teologia*, Coimbra, 1872, pp. 228-229 e nota (a) a pp. 229-231. Ver ainda José Matoso, *Os Estudos na Congregação Beneditina Portuguesa*, Abadia de Poblet, 1963, pp. 4 e 7.

⁹ Sabe-se, por exemplo, do funcionamento da Academia Tibanense, no convento de Tibães. À Academia Real das Ciências pertenceram, entre outros, Fr. Joaquim de Santa Clara, Fr. Francisco de S. Bento Barba, Fr. Francisco de S. Luís, Fr. Bento de Santa Gertrudes, Fr. Gaspar da Madre de Deus, Fr. Mateus da Assunção Brandão.

¹⁰ Bom exemplo desta posição é Fr. José da Expectação, um jacobeu que, em matéria de fomento económico, surge como expoente de tendências esclarecidas evidenciadas no vale de Lima. Cf. Fr. José da Expectação, in *Catálogo dos Escritores Beneditinos da Congregação de Portugal* (Ms. de Fr. Francisco de S. Luís, pertença da Família Caldeira Coelho).

¹¹ Os coriféus deste movimento evolutivo foram Fr. Francisco de S. Luís e Fr. Vicente da Soledade e Castro, deputados e presidentes do Parlamento no liberalismo.

¹² Monárquico esclarecido foi sempre Fr. Joaquim de Santa Clara, bem como outros monges de idêntica formação e igual trajectória. Entre os adeptos de D. Miguel primou Fr. Mateus de Assunção Brandão. Ambos foram lentes de Teologia em Coimbra.

derna». E filosofar significa, no aviso dum conterrâneo, outorgar à razão toda a dignidade. Conferir-lhe os direitos a que tinha direito e «sacudir o grupo da tradição e da autoridade»¹³.

Como todo o movimento que abarca o conjunto de aspectos vitais, a ilustração não é redutível a uma definição precisa. Entre as conhecidas, reveste-se de interesse a que assinala que, na área ibérica, ser ilustrado significou aceitar a investigação científica e os seus resultados, mesmo se adversos às concepções correntes, significou lutar contra as superstições e os preconceitos, factores de opressão e injustiça e implicou a «reconstrução e reexame crítico de todas as crenças básicas», bem como um nítido engodo pelas «obras de reforma económica e social»¹⁴.

Ora, no âmbito da ilustração, os monges de S. Bento foram, desde cedo, presos de evidente curiosidade especulativa que em detrimento dos objectivos estritamente religiosos, os levou a estudar para consolidar, no contexto do tempo, o seu potencial de cultura. «Ser útil à sociedade, estar a par das descobertas científicas recentes, contribuir para aumentar as «luzes» do público, libertar-se dos preconceitos da ignorância, formar uma espécie de academia douta, sociedade de estudiosos encarregados de espalhar as 'luzes do saber'», eis o que, afirma o Prof. José Matoso, interessa, antes de tudo, os monges cultos deste período¹⁵.

Tal circunstância leva-os a outras corporações, a aderir, bem antes da reforma pombalina da Universidade, à filosofia e teologia anti-escolástica e racionalista e a publicar, após a promulgação em 1772 dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, planos de estudo para a Ordem, em 1776 e 1789, condizentes com a orientação empírica e anti-aristotélica da pedagogia do marquês de Pombal, sendo certo que tópicos da filosofia das «luzes» brilham, desde muito cedo, na obra de pensadores da craveira de Fr. Francisco de S. Bento Barba, Fr. Joaquim de Santa Clara, Fr. Francisco da Natividade, mestres na filosofia, na teologia e na ética, como hão-de reluzir na de outros religiosos da geração seguinte, entre os quais avultam Fr. Francisco de S. Luís e Fr. Vicente de Soledade e Castro, historiador e exegeta o primeiro, pedagogo e teólogo o segundo.

¹³ Cf. Denis et Blayau, *Le XVIII Siècle*, Paris, 1970, p. 53.

¹⁴ António Dominguez Ortiz, *Sociedad y Estado en el siglo XVIII*, Madrid, 1976, pp. 494.

¹⁵ Cf. José Matoso, *cit. Os Estudos na Congregação*, p. 7.

Mas afinal de quando data o reflexo, a penetração das concepções ilustradas entre os beneditinos portugueses?

O autor de *Os Frades Julgados no Tribunal da Razão*, citado e discutido por Silva Dias e António Alberto de Andrade, afirma o seguinte:

«Os regulares foram os primeiros que ensinaram publicamente em Coimbra a filosofia moderna. D. Carlos Maria Pimentel, nos Cruzios, os Doutores Fr. Francisco de S. Bento Barba e Fr. Joaquim de Santa Clara, nos Beneditinos. O mesmo método seguiram os professores que lhe sucederam até à reforma da Universidade, que só teve lugar quinze anos depois que as escolas monásticas se tinham já reformado a si mesmas. Na teologia aqueles mesmos professores que tinham sido urriados com a especulação mais metafísica mudaram de sistema, apenas apareceram melhores livros e puderam julgar por comparação»¹⁶.

Os adeptos destas orientações em filosofia desprezam a metafísica, encaram a lógica como arte de pensar e não de discutir, dão relevo ao estudo das ciências. E, na área sacra, os cultivadores de teologia positiva «combatem violentamente a velha escola especulativa, causando, por vezes, escândalo e sendo até acusados de heresia. Preferem seguir Santo Anselmo em vez de S. Tomás e abandonam resolutamente as opiniões jesuíticas», virando-se para as fontes puras da Escritura e da Tradição¹⁷.

Cumpre, todavia, reconhecer que as tentativas principais no sentido das novas directivas remontam à época de D. João V. Depois, a renovação intelectual soprou bem forte no país desde os meados do século e plasmou-se nas reformas pombalinas, cabendo, na sua preparação, «papel de importância primacial aos Franciscanos». «Os Estatutos universitários de 1772, observa António Alberto de Andrade, foram condicionados pela anterior legislação que para os claustros seráficos ordenou Fr. Manuel do Cenáculo».

Ao rever e ampliar as ideias correntes sobre o itinerário da filosofia moderna nas escolas dos institutos religiosos, antes e depois de Verney, o mesmo autor defendeu a existência de 3 fases na referida trajectória. A primeira estende-se de 1662 a 1746, compreendendo um largo período anterior à publicação do *Ver-*

¹⁶ Cit., *Os Frades*, pp. 86-87.

¹⁷ Cf. José Matoso, cit. *Os Estudos na Congregação*, p. 12.

dadeiro Método de Estudar e abrange jesuítas, teatinos, oratorianos, e talvez, os cónegos de Santo Agostinho; vai a segunda etapa de 1746 a 1772, ou seja, da data da edição do *Verdadeiro Método* até à reforma da Universidade e desenvolveu-se sob a égide de Verney e de Fr. Manuel do Cenáculo. Inclui os cónegos de Santo Agostinho, os lazaristas, os lóios, os paulistas, os franciscanos e os carmelitas descalços.

De inspiração pombalina é a terceira fase, que corre de 1772 em diante e reluz nos franciscanos, nos eremitas agustinianos, nos paulistas, nos monges jeromitas, nos beneditinos, nos cistercienses, nos trinitários e nos carmelitas descalços¹⁸.

Quer dizer, para António Alberto de Andrade, ao invés do autor de *Os Frades Julgados no Tribunal da Razão*, só no período posterior à reforma da Universidade por Pombal teria a filosofia moderna alcançado os cenóbios beneditinos, opinião que aquele saudoso investigador parece fundamentar, quer na data da publicação dos *planos de estudo* de 1776 e 1789, elaborados na Ordem em consonância com os do ensino superior, quer na ulterior publicação de teses, pois além destes dados apenas menciona a lacónica notícia de terem ensinado a filosofia moderna os monges evocados no opúsculo *Os Frades Julgados no Tribunal da Razão*.

A realidade, quanto aos beneditinos, afigura-se-nos bem diferente, conforme provam elementos que recolhemos no *Catálogo dos Escritores Beneditinos da Congregação de S. Bento*, inédito de Fr. Francisco de S. Luís¹⁹. Esses dados confirmam, esclarecem e ampliam a doutrina do volume *Os Frades Julgados no Tribunal da Razão*.

De facto, a introdução da chamada filosofia moderna e da teologia positiva na Congregação de S. Bento de Portugal remonta à metade inicial do século XVIII e não ocorre só depois de 1772.

Para bem documentar este ponto fundamental, recordaremos, em primeiro lugar, que o Doutor Fr. António de S. Bento Camelo, insigne cultor das matérias teológicas, da história eclesiástica e do direito canónico, morreu em 1738, após 13 anos de cátedra na Universidade de Coimbra. Ora, Fr. António Camelo foi «o pri-

¹⁸ Cf. António Alberto de Andrade, *A orientação do estudo de filosofia nos institutos religiosos antes e depois de Verney*, in *Brotéria*, vol. 41, Lisboa, 1946, pp. 242-243.

¹⁹ Trata-se do inédito referido na nota 10.

meiro que nos estudos domésticos (da Ordem) intentou estabelecer, como escola particular, a doutrina de Santo Anselmo».

Deve-se-lhe o manuscrito intitulado:

A natureza e os atributos na opinião de Santo Anselmo.

Em segundo lugar, em 1740, quer dizer, seis anos antes da publicação do *Verdadeiro Método de Estudos*, o geral beneditino, Fr. Tomás do Sacramento, sabedor do influxo das «luzes» entre os monges da Congregação francesa de São Mauro, formou o projecto de mandar para França o jovem e brilhante Fr. Francisco de S. Bento Barba, com outros dois religiosos moços, a fim de se instruírem «nos bons estudos» que então florescia naquele instituto e os «plantarem e propagarem» nos claustros lusitanos.

Gorado o projecto, passou Fr. Francisco de S. Bento a cursar a Universidade de Coimbra e aí se doutorou em teologia. Mais tarde, reza um inédito polémico do cardeal Saraiva, o Padre S. Bento Barba veio a ser «um dos primeiros mestres que nas aulas da Universidade defendeu as matérias da história eclesiástica e da teologia polémica, que até ao tempo haviam sido miseravelmente preteridas em favor da pura escolástica que tamanha ruína fez na erudição nacional». Demais, nos cursos beneditinos, «foi ele o primeiro que explicou a filosofia moderna pelas obras do nosso Luís António Verney...».

Sempre no dizer, agora acre, do cardeal Saraiva, coube-lhe ainda a primazia de, «no estudo teológico, nas matérias da Graça», ousar «refutar, em público, a despeito do zelo jesuítico, a *ciência média*, sem contudo as ligar a outro algum sistema, seguindo tão somente as doutrinas puras e sãs da Escritura, tradição, padres e concílios, e preparando-se para o exame e inteligência destas sagradas fontes com o estudo frequente da história, disciplina e jurisprudência da Igreja em que teve vastíssimos e profundos conhecimentos».

Como esta longa citação inculca, o aristocrático Padre Barba assumiu estas posições, concordantes com a essência da filosofia moderna e da teologia positiva, antes da extinção da Companhia de Jesus, em 1759. E na sua formação, como também na penetração das «luzes» nos cenóbios bentos, concorreu, primeiro, a lição dos mauristas e, depois, entre outras, a de Verney que Fr. Francisco em particular prezou.

Em terceiro lugar, Fr. João Baptista de São Caetano, monge desde 1738, uma vez entrado na carreira dos estudos, «logo pela

contínua lição dos melhores livros franceses e italianos alcançou o bom gosto da literatura e dos conhecimentos úteis, cuja aplicação recomendava com notável zelo aos domésticos e estranhos, fazendo por desviar a todos da leitura dos maus livros e das preocupações [entenda-se preocupações escolásticas] que ainda então reinavam nas escolas de Portugal». «Teve grande parte, com a sua persuasão, para se introduzirem nas... aulas [beneditinas], e ainda nas de outras corporações, os estudos da filosofia moderna e da história eclesiástica e teologia polémica, cujas doutrinas lhe subministraram matéria para os actos académicos que fez na Universidade de Coimbra, antes do seu doutoramento, com distinção e aplauso».

Deste outro inédito do cardeal Saraiva resulta com nitidez o seguinte: Fr. João Baptista chegou ao conhecimento das novas doutrinas contrárias às escolásticas prevalecentes, na década setecentista de 40, por intermédio dos autores franceses e italianos, cujas opiniões sustentou como escolar nos bancos da Universidade. Ulteriormente concorreu o seu conselho para a definitiva introdução da filosofia e teologia renovadas nas aulas dos regulares e, em especial, nas da sua ordem, razão por que, a tal respeito, enviou ao rei D. José uma esclarecedora representação²⁰.

Em *quarto lugar*, é sabido que o futuro arcebispo de Évora, Fr. Joaquim de Santa Clara realizou nos conventos beneditinos, estudos profundos de inglês e francês, de filosofia e de matemática antes de se doutorar em Teologia. As aulas de cunho inovador que depois professou na Ordem valeram-lhe notória reputação. Por isso, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo ao saber que ele seguia, com ardor, as ideias que a Coroa pensava adoptar na reforma do ensino superior, então em preparação, resolveu tirar partido do seu magistério. Assim, em 1770, ordenou que o «Padre Santa Clara admitisse entre os seus ouvintes todos os estudantes seculares que se quizessem aproveitar das suas lições», como preparatórias à frequência das aulas universitárias. Dos 80 estudantes, de diferentes partes do reino, que o escutaram, muitos com atestado do professor «foram dispensados da frequência», na Universidade reformada, e «admitidos a exame público

²⁰ Ver, no já citado *Catálogo dos Escritores Beneditinos*, a biobibliografia dos monges Fr. António de S. Bento Camelo, Fr. João Baptista de S. Caetano e Fr. Francisco de S. Bento Barba, elaboradas por Fr. Francisco de S. Luís Saraiva.

e aprovados nas disciplinas do 1.º ano dos dois cursos filosófico e matemático, que, naquele tempo, compreendiam a filosofia racional e moral, a aritmética e a geometria». Ou seja, antes de 1772 e sob a égide do futuro arcebispo de Évora, monge de genuína cultura europeia, a filosofia moderna era versada em nível superior nos cursos beneditinos, a ponto de ter dado equiparação à frequência dos 1.º anos de matemática e filosofia nas respectivas faculdades²¹.

Dos quatro pontos focados pode, julgo, concluir-se, sem margem para dúvidas, que o influxo das novas orientações alcançou os beneditinos antes de 1740, em virtude de influências estrangeiras, no número das quais prima a da Congregação de S. Mauro, a de livros italianos e franceses. Revelam-no as biografias de Fr. António de S. Bento Camelo, de Fr. Francisco de S. Bento Barba e de Fr. João Baptista de S. Caetano, elaboradas pelo monge que a história conhece pelo nome de Cardeal Saraiva.

É indubitável que foi grande a audiência nos claustros da obra de Verney e, decerto, de Fr. Manuel do Cenáculo, na época anterior aos *Estatutos* pombalinos de 1772, como resulta da biografia de Fr. Francisco de S. Bento e Fr. Joaquim de Santa Clara.

Está averiguado com segurança, que notória veio a ser a projecção da reforma pombalina nos claustros beneditinos. Assim o demonstram os *Planos de Estudos* de 1776 e 1789²², bem como a obra de diversos monges entre os fins do século XVIII e os princípios do século XIX na teologia, na filosofia, nas ciências, na história, etc.

De qualquer forma não foi apenas de 1772 em diante, na terceira fase do esquema proposto por António Alberto de Andrade, que a filosofia moderna chegou às escolas da Congregação, pois conhecemos-lhe o rasto no final da 1.ª fase e o claro influxo na 2.ª fase do mesmo esquema. E tudo indica que nas três fases as ressonâncias vieram de canais internos, mas também de canais externos, oferecendo as realizações intelectuais daí decorrentes

²¹ Fr. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, III, Barcelos 1970, pp. 533-534.

²² Cf. *Plano de Estudos da Congregação de S. Bento de Portugal*. Lisboa, 1977, e *Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal*, Lisboa, 1789. A autoria destes textos pertence, respectivamente, a Fr. Francisco da Natividade e a Fr. Joaquim de Santa Clara.

algumas peculiaridades, sem todavia derivarem muito dos padrões no tempo dominantes.

Para se compreender melhor a fenomenologia agora balizada, importa sublinhar que nalguns mosteiros principais dispunham os monges de opulentas bibliotecas, espelho dos séculos modernos na Europa culta, revelando os factos atrás nomeados, quando somados ao conteúdo de outras obras monásticas, que esses livros não se limitavam a ganhar pó nas estantes e tiveram, de facto, utilização. Aliás, parte substancial dos mesmos foi comprada em plena época da ilustração pois os monges sabiam que da boa escolha dos livros dependia em grande parte o adiantamento dos estudos e, enfim, o seu potencial de cultura²³.

Daí a existência na Ordem de uma política quanto ao financiamento, arrumo, possibilidades de consulta e mesmo de abertura a outrém do seu manancial bibliográfico.

Para a compra de livros dispunham os mosteiros duma verba especial, que nem sempre era gasta na íntegra facto que levou os responsáveis pelo governo da congregação a insistir na necessidade de aplicar tal dinheiro com regularidade.

Famosos entre as bibliotecas beneditinas, e mesmo entre as bibliotecas do Reino, foram as livrarias do Colégio de Coimbra, do convento de S. Bento da Saúde de Lisboa e do mosteiro de Tibães, casa-mãe da Ordem.

Na biblioteca da Saúde, escreveu José Matoso, existiam praticamente todos os Santos Padres nas melhores edições, uma colecção muito completa de humanistas dos séculos XV e XVI (Aretino, Ariosto, Marcílio Ficino, Petrarca, Pógio, Clenardo, Tomás Morus, etc), muitas obras de história de Portugal, grande quantidade de místicos antigos e modernos, quase todas as obras eruditas de Mabillon, Martène, Haeften, Montfaucon, Le Nain de Tillemont, Barónio, os *Acta Sanctorum*, etc, Livraria monástica exemplar, a biblioteca de S. Bento da Saúde revela um nível intelectual pouco vulgar²⁴, como, aliás, pouco vulgar se nos afigura o da que existia em Tibães e foi ordenada cientificamente por Fr. Francisco de S. Luís, nos fins do século XVIII²⁵, depois de

²³ Cf. Plano de 1789, p. 127. A matéria versada nas páginas seguintes constitui o tema do opúsculo que publiquei sob o título, *Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães*, Braga, 1981.

²⁴ Cf. José Matoso, *Os Estudos na Congregação*, p. 13.

²⁵ O trabalho da ordenação ocorreu entre 1797 e 1798.

muito enriquecida na segunda metade da mesma **centuria, a ponto** de se tornar a melhor biblioteca da província de Entre Douro e Minho²⁶. Instalada numa das mais nobres dependências do mosteiro, guardava livros e manuscritos.

O cadastro cenobítico di-la «abundantíssima» na classe de teologia, acrescentando: «tem muitas bíblias e algumas raras e de grande estimação. Tem obras de muitos santos padres e suas edições antigas e modernas; e entre estas muitas dos mais estimados sábios. Tem grande cópia de livros de teologia dogmática e moral e muitos nas outras partes ou ramos das ciências eclesiásticas».

«Na jurisprudência canónica e civil e na filosofia e literatura, é menos rica e copiosa, mas não assim na história, tanto eclesiástica, como profana, porque numa e noutra abunda de excelentes livros e conserva os melhores clássicos e os grandes corpos de antiguidades e outras colecções que são como as fontes da história».

«Tem também muitos livros da nossa história portuguesa e entre eles alguns raros e de estimação e, assim mesmo, nos outros géneros contém muitos livros raros e estimados ou pela formosura das edições, ou pela antiguidade delas, ou, enfim, por se acharem pouco no giro do comércio»²⁷.

Em informação sobre datas fulcrais da aquisição do recheio, o cadastro observa que uma boa parte, e também a melhor dos livros, foi comprada entre 1767 e 1770, sob o generalato de Fr. Manuel Caetano do Loreto, na época pombalina e entre 1783 e 1789, quando dirige a Congregação Fr. José Joaquim de Santa Teresa, altura em que se gastaram, da primeira vez, 2 155\$980 reis em 800 volumes e, da segunda, 1 670\$785 reis, em 830 volumes.

Por último, entre 1798 e 1801, sob governo de Fr. Manuel de Santa Rita, Tibães adquiriu outro conjunto importante de livros, entre os quais vieram as *Memórias* do Instituto da França e a *Enciclopédia metódica*, pois a *Enciclopédia ou dicionário racional das ciências, das artes e das técnicas* — a suma do iluminismo, já lá existia²⁸.

²⁶ Cf. Arquivo de Singeverga, *Livro das Alfayas de todas as Officinas e Quintas deste Mosteiro de S. Martinho de Tibães* (ms.), fls. 64.

²⁷ *Ibidem*, fl. 66.

²⁸ *Ibidem*, fls. 66 v./68.

O interesse pela renovação bibliográfica ficou-se a dever ao cuidado de três abades gerais, particularmente interessados no fomento cultural e cuja obra reflecte o empenho intelectual dominante nos claustros e é reflexo da corrente ilustrada que no país vicejava.

A análise quantificada dos seus conteúdos confirma as observações do autor do cadastro setecentista da livraria tibanense. A biblioteca possuía 1 770 obras de teologia que representam 55% do total; 805 de história que representam 25%; 454 de literatura — 14,1 % 361 de ciências e artes — 11,2%; 357 de jurisprudência — 11% e 71 de poligrafia, história e bibliografia — 2,2%. Isto significa que a biblioteca guardava 3 218 obras, com predomínio de teologia e, depois, de história.

Quase metade da livraria compunha-se de livros em latim (47,3 %). As obras em português constituem 32,7 % do recheio. Das línguas estrangeiras a mais representada é o espanhol (10,7%), logo seguido pelo francês (6,5 %), pelo italiano (2,3 %) e pelo inglês (0,2 %). O grosso das espécies — 40 % veio a lume no século XVIII e 35 % no século XVII. Do século XVI são 20,3 %.

A presença dos nomes de Feijó, de Montesquieu, de Verney e Muratori, Melo Freire e Melo Franco, Dalabella e Vandelli, Heinício e Teodoro de Almeida, Filinto Elísio e Ferreira Gordo, Seabra da Silva e Pereira de Figueiredo, Young e Harvey, Gazaniga, Gerbert e Fleury e também de obras como a *Enciclopédia* e as edições do Instituto da França, da nossa Academia Real das Ciências e da Universidade de Coimbra, dos grandes especialistas de erudição (Mabillon, Martène, Tassin, Le Nain de Tillemont, João Pedro Ribeiro, etc.) no índice de Tibães, a par de outros sinais idênticos em diversas livrarias beneditinas, evidenciam, mais uma vez, a penetração da ilustração nos claustros. Só por si a *Enciclopédia*, enquanto suma das luzes, dava conta dos avanços no campo das ideias, das ciências e das técnicas e guardava a colaboração dos mais ilustres sábios da corrente ilustrada²⁹.

Para além do reequipamento bibliográfico, deparamos com outros sinais da atenção dispensada à actualização dos conhecimentos entre os monges bentos numa perspectiva cosmopolita.

Basta dizer que todos os mosteiros estavam obrigados a redigir um dietário, contendo notícias dos principais acontecimentos

Cf. o estudo referido na nota 23.

epocais de índole científica e política, sendo outrossim recomendada a assinatura de gazetas nacionais e estrangeiras, gazetas que também alguns monges compravam para as suas bibliotecas particulares. É o caso da *Gazeta de Lisboa*, do *Jornal Enciclopédico*, do *Mercúrio* de França e da *Gazeta de Londres*³⁰.

Além disso, no principal colégio da Ordem, o Colégio de Coimbra, o monge bibliotecário — obrigatoriamente pessoa instruída na bibliografia, — não só devia ter em ordem o índice metódico da livraria, como ainda todos os anos elaborar «um bom *extracto* das notícias literárias vindas dos países estrangeiros», onde mais se cultivavam as letras e as ciências. Isto, diz uma fonte monástica, para que assim se influísse no melhoramento dos estudos cenobíticos³¹.

Com tal objectivo, a biblioteca comprava as obras periódicas de informação cultural e ao bibliotecário competia exarar, no referido *extracto*, a lista de todos os escritos concernentes às humanidades, à filosofia, às ciências e à teologia que se fossem publicando, designadamente os novos compêndios utilizados nas universidades reformadas da Europa. A acompanhar a indicação dos livros formularia um juízo crítico sobre os mesmos.

No termo do *extracto* figuraria o rol dos livros dados à estampa em Portugal de que houvesse conhecimento.

A biblioteca do Colégio de Coimbra, como a do Colégio da Estrela em Lisboa, não se destinava só a uso doméstico. Estava aberta aos amigos da cultura, pois aos sábados, a ela tinham acesso as «pessoas literatas» — são palavras textuais.

O autor destas prescrições (promulgadas em 1789) e director geral dos estudos na Congregação no período áureo da penetração da pedagogia pombalina, entendia que as escolas monásticas de humanidades e filosofia e teologia — próprias à expressa formação de «monges, e eclesiásticos e cidadãos» — só convinha que funcionassem nas cidades importantes e não nos conventos de aldeia, isto «por ter a razão mil vezes confirmada com a experiência, demonstrado que por mais diligentes que sejam os professores

³⁰ Cf. José Matoso, cit. *Os Estudos na Congregação*, p. 30 e Luís A. de Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva*, Porto, 1971, p. 31. *O Livro da Razão* de Fr. Francisco de S. Luís (pertença da Família Caldeira Coelho) indica o título de livros e jornais por ele e outros monges adquiridos.

³¹ Cf. *Plano de 1789*, p. 141.

e os discípulos, nunca se fazem grandes progressos sem semelhantes estudos nos sítios retirados, onde falta a circulação, a cópia de livros, o exemplo, a comunicação de homens doutos e os meios conducentes para se adquirir sólida e não superficial instrução³².

Realmente, na ordem social, a ilustração contribuirá para «apurar as responsabilidades». E os monges como os cidadãos esclarecidos, acreditam na «utilidade do convívio, da comunicação, da discussão, da crítica recíproca»³³, patentes, inclusivé, na actividade de tertúlias, de sociedades, de academias, a cuja vida os beneditinos não são estranhos no Portugal de então.

Assim o monge Fr. José de Expectação, por sinal ligado à mística dos jacobeus, mas na zona da economia um ilustrado virado para a reflexão e pára os projectos de fomento técnico-agrário, escreverá as *Direcções Económicas da Sociedade Patriótica do Lima* (1782) e promoverá, com «grande zelo», a *Academia dos Amigos do Bem Público de Ponte de Lima* em 1777³⁴, a qual precedeu, naquele burgo, outra agremiação setecentista de duração nomeada reconhecidas³⁵.

Em Tibães erigiram os monges a *Arcádia Tibanense*, academia literária de pouca duração que valeu mais pelo espírito e pela intenção do que pela obra, que foi de quilate fraco³⁶.

Entretanto, no mosteirinho de Santarém reuniam quotidianamente «todos os homens eruditos, religiosos e seculares da vila», que estimadores de alguns padres instruídos que o habitavam a ele concorriam, quase todas as tardes, a passar o tempo em agradável conversação, cujo nível subiu quando na urbe estava Fr. Francisco da Natividade³⁷.

Frequente foi a participação dos monges bentos na organização e desenrolar de conclusões públicas, frequentes no Portugal de

³² *Ibidem*, p. 71.

³³ Cf. A. Coimbra Martins, *Luzes*, in *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, II, Lisboa, 1965, p. 853.

³⁴ Cf. nota 10 deste artigo.

³⁵ Cf. L. A. Oliveira Ramos, *Para a História Social e Cultura (Fins do século XVIII, princípios do século XX)*, Braga, 1977, pp. 9-12.

³⁶ Cf. José Matoso, *Os Estudos na Congregação*, pp. 11-12.

³⁷ A frase citada pertence a Fr. Francisco de S. Luís. Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, *Para a História Cultural de Santarém (Século XVIII)*, in *Diário do Ribatejo*, n.º 4 526, de 23-12-1977.

então e nomeadamente em Santarém³⁸ e Mafra³⁹, por exemplo. Outros ilustraram as actividades não só da Universidade de Coimbra⁴⁰, mas também da Academia Real das Ciências de Lisboa⁴¹, erigida em 1779 e onde, como é sabido, perpassou a alma inquieta da *Enciclopédia*, a lição dos grandes filósofos e a brisa dos grandes projectos setecentistas. Há monges que comparecem nos salões cultos. Um ou mais religiosos são mesmo apontados como membros da maçonaria⁴², grémio interdito pelo Papa, em cujas lojas se testemunhava o fruto de leituras e se deixava transparecer fraternidade, a tolerância, o culto da razão e da virtude em liberdade, à margem de preconceitos anti-clericais. Entre os seus participantes do século XVIII havia membros do clero regular e secular, a par de nobres e burgueses, o que testemunha a diversidade igualitária do recrutamento, caro a essa sociedade secreta⁴³.

Ora, se o século XVIII surge como centúria ilustrada em que os homens apreciam a convivência, o debate e o exame crítico na política da ciência e do espírito, no âmbito dos contactos internacionais «há que assinalar o acréscimo das trocas intelectuais entre os povos e os homens estudiosos»⁴⁴.

Na comunidade beneditina aflorou a intenção, conforme vimos, de mandar monges portugueses estudar para França e grande foi a influência dos mauristas nos claustros nacionais.

Por outro lado, a atenção às coisas de diversas terras e diversas gentes, com predomínio das profanas, erra no texto dos dietários, salienta-se na aquisição de livros, jornais e revistas de cultura, bruxuleia no contacto com padres fugidos da revolução francesa que se acolhem aos conventos lusos, está patente na curiosidade com que os mais atentos seguiam os acontecimentos revolucionários parisinos, para além de emergir em referências eru-

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Cf. *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, I, Lisboa, 1872, p. XII.

⁴⁰ Citem-se os nomes dos Doutores Fr. António de S. José, Fr. Joaquim de Santa Clara, Fr. José de Aquino, Fr. Vicente da Soledade, Fr. Francisco de S. Luís, Fr. Mateus da Assunção Brandão, todos eles mestres universitários de Teologia.

⁴¹ Cf. nota 9.

⁴² Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 16 809, fls. 137-138.

⁴³ Cf. L. A. Oliveira Ramos, *Reflexão sobre as origens do liberalismo em Portugal (Alguns Aspectos)*, Porto, 1978, pp. 26-28.

⁴⁴ Cf. A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, p. 854.

ditas a livros e ideias. E tudo isto é possível porque, a par do domínio das línguas mortas, monges há que conhecem bem diversos idiomas vivos e deles se socorrem para entender outros povos e comunicar com a sua literatura, tal qual inculcavam os planos de estudo claustrais na esteira dos *Estatutos da Universidade* de 1772⁴⁵.

Essa compreensão e esse fluxo é possível rastreá-lo em diversos ramos do saber e em pontos que bem testemunham o carácter ilustrado que esses laços assumiram. Por isso, em vez de falar deste ou daquele monge representativo da penetração da ilustração nos claustros, ou tratar de obras suas, vamos debuxar em quadro analítico, meramente exemplificativo, particular incidência das «luzes» sobre certas áreas do conhecimento em que os beneditinos pontificaram.

Vejamos, para começar, no âmbito das humanidades, o que é possível averiguar em relação à linguística.

Na linguística, segundo o quadro elaborado por Coimbra Martins⁴⁶, figuram como sinais da ilustração a deslatinização, o maior rigor nos estudos latinos, o aprofundar dos estudos gregos e mesmo hebraicos, a reclamada necessidade das línguas vivas, a apresentação da língua da Corte como língua padrão, a tentativa de fixação da ortografia portuguesa, a proliferação das gramáticas e das controvérsias gramaticais, a mentalidade crítica em linguística.

Qual então o grau da ressonância destes conceitos entre os monges de S. Bento?

Genericamente, o grau de ressonância assume formas notáveis até porque, como fontes extramonásticas também demonstram, o processo afectou «as disciplinas mais clássicas, os domínios mais delicados»⁴⁷.

Assim, o *Plano de estudos* de 1789 ordena, categoricamente, que os professores devem «nas exposições das suas lições não usar de outra língua que não seja a portuguesa, por ser quase impossível, acentua, que se exprimam com a propriedade, clareza, precisão e energia necessárias em uma língua estrangeira». E,

⁴⁵ Cf. L. A. Oliveira Ramos, *Pombal e a reforma dos estudos monásticos (o caso beneditino)*, in *Revista da História das Ideias*, Coimbra, 1982, pp. 113-124.

⁴⁶ Cf. A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, p. 846.

⁴⁷ *Ibidem*.

em termos críticos, diz que considera «errado o conceito em que estavam alguns escolásticos de que certas ciências só podiam ser bem tratadas na língua latina»⁴⁸.

Demais, vale a pena recordar que os importantes tratados éticos de Fr. Francisco da Natividade foram redigidos e impressos em português e não no idioma do Lácio, a despeito de constituírem a «base da moral e civilidade cristã» e dos «mais seguros princípios da cristã filosofia»⁴⁹.

Rigoroso mostra-se o *Plano de estudos* de Fr. Joaquim de Santa Clara quanto à necessidade de dominar, a preceito, não apenas o latim, como ainda o grego e o hebraico, para uma exegese comparada da Bíblia⁵⁰.

Pois bem, quanto ao latim e ao grego os beneditinos seguiam à risca as *Instruções* da lei pombalina de 1759. Quanto ao hebraico, e para garantir a qualidade dos estudos, Fr. Joaquim de Santa Clara colmatou a falta da legislação oficial descrevendo o rigoroso método que importava observar, outrossim propondo que se apreendesse um pouco o caldeu, para entender completamente passos dos livros sagrados⁵¹.

Da vantagem de cultivar as línguas vivas existia, por igual, nítida percepção nos claustros. Na verdade, diversos religiosos adestraram-se no estudo do francês, do italiano e até do inglês, ou seja, conforme acentua o *Plano de 1789*, nos idiomas cultos em que «falam os melhores mestres de diferentes idades e países»⁵². Alguns monges dominavam o francês de tal sorte que verteram em português obras de carácter filosófico, cívico, histórico, científico e pastoral, avultando, entre os tradutores, Fr. Joaquim de S. José Oliveira, que o foi de Voltaire, de Puffendorf e de bispos franceses contrários à revolução⁵³.

Relativamente à tendência ilustrada para a depuração de linguagem e para a afirmação de uma mentalidade crítica em lin-

⁴⁸ Cf. *Plano de 1789*, p. 48.

⁴⁹ Cf. cit., *Inéditos do Cardeal Saraiva*, p. 35. Os livros em questão, de Fr. Francisco da Natividade, intitulam-se *Reflexões Morais e Políticas*, 2 vol., Lisboa, 1765-1767 e *Sciencia dos Costumes ou Filosofia Moral*, Lisboa, 1788.

⁵⁰ Cf. *Plano de 1789*, pp. 5-6.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*, p. 52.

⁵³ Cf. Fr. Francisco de S. Luís, *Fr. Joaquim de S. José Oliveira*, in cit. *Catálogo dos Escritores Beneditinos*.

guística, ela está bem patente em Fr. Francisco de S. Luís, mas releva de directivas da Academia Real das Ciências, onde este douto religioso teve assento.

Entre outras obvas escreveu *O Ensaio de sinónimos da língua portuguesa* (1812) e o *Glossário das palavras francesas que por descuido se introduziram na linguagem portuguesa* (1819)⁵⁴. Aqui, em atitude purista, denuncia o influxo dos galicismos no idioma nacional, problemas muitas vezes levantados pelos grandes escritores do século XVIII e recomenda, para garantir a depuração e a elegância do português, assim maculado, a assídua lição dos clássicos nacionais e o aturado estudo das suas obras, junto com o conhecimento dos princípios filosóficos, isto é, críticos e racionalistas, da gramática universal. Por sua vez, individualizam o Ensaio de Sinónimos, artigos em que, no encaço dos franceses Girard e Roubaud e à luz de processos de análise filosófica bebidos em Locke e Condillac, Saraiva mostra a exacta acepção de palavras de significação próxima ou afim, através da sua inclusão em frases, onde, paralelamente, transparece o ideário do monge⁵⁵.

Assevera Coimbra Martins no seu artigo *Luzes*, que o espanhol é combatido pelos linguistas portugueses da ilustração⁵⁶.

Os beneditinos, creio, não abordam o tema, mas usam amiúde a obra de Feijoo, de Florez, de Argais e de outros. De resto, se não se recomenda o espanhol, em muitos casos isso deve-se ao facto de todos o entenderem. Aliás, o espanhol é a língua estrangeira mais representada na Biblioteca de Tibães.

Passando ao domínio gramatical, diremos que se nos afigura evidente a preferência monástica por um método simultaneamente, racional, «claro, breve e eficaz», conforme o espírito das «luzes». De facto, no capítulo acerca do ensino das línguas, Fr. Joaquim de Santa Clara ordena que se expliquem aos principiantes «as noções de gramática aplicadas à língua portuguesa de um modo acomodado» à sua qualidade, «reservando-se para quando estiverem mais adiantados... as observações filosóficas sobre as línguas em comum e a portuguesa em particular»⁵⁷.

⁵⁴ Cf. *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, vol. VII, Lisboa, 1877, pp. 1 e segs. e vol. VIII, 1878, pp. 1 e segs.

⁵⁵ Cf. L. A. Oliveira Ramos, cit., *O Cardeal Saraiva*, pp. 67-68.

⁵⁶ Cf. A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, p. 846.

⁵⁷ Cf. *Plano de 1789*, p. 6.

Tão pouco estudada como a linguística das «luzes» anda a retórica esclarecida, a qual, segundo um especialista, vem a lume numa variedade de textos que, a maior parte das vezes, não abordam directamente o assunto⁵⁸. Também na produção literária dos bentos isso acontece, pois um dos textos fundamentais para conhecer as ideias em curso a este respeito é o *Plano e Regulamento dos estudos para a Congregação de S. Bento de 1789*.

Mas, afinal, o que caracteriza a retórica esclarecida?

A retórica das «luzes» define-se como arte de pensar, exige clareza e verosimilhança, tem o culto da simplicidade. Por isso, combate a inchação e o ornato, bem como as observações conceituosas e equívocas, as alianças paradoxais e as superfluidades, defendendo a concisão e a subordinação da palavra à ideia e da ideia à verdade⁵⁹. Ora, Fr. Joaquim de Santa Clara, que por muitos anos foi um director-geral dos estudos beneditinos, cioso do que ele próprio determinara, no *Plano de 1789* propõe uma retórica deste tipo.

Assim, falando das teses para os exames públicos, ordena que elas sejam concebidas em termos «claros e concisos, sem redundância de palavras, sem ornato de figuras e, muito mais, sem afectação pueril de erudição sobreposta». Nota, depois, que o merecimento das teses resultará da importância da matéria, solidez da argumentação, como ainda da «boa ordem da sua distribuição» e da «pureza, previsão e simplicidade natural do estilo» em que serão expostas⁶⁰.

Nas lições exige dos professores propriedade, clareza e exactidão⁶¹, enquanto aos alunos, quando chamados, ou em sessões de trabalho, pede que se acostumem a conceber ideias claras e distintas e as expliquem com a mesma ordem, clareza e concisão possíveis, evitando, diz, a «loquacidade vã, fútil e insignificante»⁶². Por exemplo, das prelecções de ontologia deviam ser desterradas para sempre as «quiméricas subtilezas que a ignorância ociosa tinha inventado e que por muitos séculos serviram de estorvo aos progressos de sã filosofia»⁶³.

⁵⁸ Cf. A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, p. 844.

⁵⁹ *Ibidem*, pp. 844-846.

⁶⁰ Cf. *Plano de 1789*, p. 65.

⁶¹ *Ibidem*, p. 48.

⁶² *Ibidem*, p. 49.

⁶³ *Ibidem*, p. 63.

Por sua vez, convinha escrever os compêndios em estilo puro e despido de barbarismos, «sem afectação de ornatos»⁶⁴. Aos professores substitutos, a quem mais directamente cabia trabalhar com os estudantes, exige que lhes proponham «dúvidas que encaminhem a ilustrar mais a verdade», sendo certo que a linguagem esclarecida está justamente ao serviço da verdade, que é algo possível de se indagar, de se expor, numa palavra, de se alcançar, desde que o trabalho intelectual se faça em paz, com sinceridade e sob a égide da urbanidade cristã⁶⁵.

Outros exemplos, retirados de diversas fontes poderiam ser exibidos, com relevo para os inseridos na obra de Fr. Francisco de S. Luís⁶⁶, mas os aduzidos, creio, bastam para inculcar que a projecção das «luzes» em linguística, como ainda na retórica foi notória nos cenóbios, cenóbios onde tal ressonância assumiu sentido especial, até pelos resultados que originou no campo da história.

De facto, na sequência da prestigiada tradição, vários religiosos estimulados, quer pelo labor dos mauristas, cujas obras liam com interesse, (ou pelo menos desde os meados de setecentos), quer pelo trabalho dos sócios da Academia da História de D. João V, complementada esta pela Academia Real das Ciências, quer também pela necessidade que, em pleitos judiciais, a Ordem tinha de fundamentar os seus direitos e cumprir prescrições legais, vários religiosos, dizia eu, percorreram cartórios, exumaram documentos, deram-se ao cultivo das ciências auxiliares da história, enquanto outros fizeram estudos acerca de mosteiros, verteram em português livros da especialidade e versaram diversos temas históricos⁶⁷.

Que estas actividades se coadunam com o espírito do século das «luzes», eis o que um outro conjunto de questões põe outra vez a nu.

E então o que significa, em história, a ilustração?

Nesta área, o iluminismo contribui para significar aos homens que a existência tem lugar no âmbito do devir histórico e, bem assim, para revigorar o interesse pelo passado, interesse que

⁶⁴ *Ibidem*, p. 43.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 51.

⁶⁶ Cf. L. A. Oliveira Ramos, cit. *Cardeal Saraiva*, p. 267.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 267.

brilha na preocupação, «nitidamente esclarecida, para racionalizar, metodizar e laicizar a história». Entre os sectores que configuram a tendência em questão, aí temos a intenção de urdir uma história geral de Portugal — propósito que animou os sócios da Academia da História, intenção à qual anda ligada a noção da carência de memórias históricas e da falta de base científica de obras anteriores. Com o fito de alcaçar aquele objectivo e o de suprir as deficiências que acabamos de apontar, proliferou, daí para o futuro, nos círculos melhores, o culto do documento, do inventário, do rigor cronológico, conjugado com o recurso às ciências auxiliares da história, situação que há-de conduzir à crítica dos erros, ao desfazer de confusões, ao repúdio de fábulas e mesmo da exaltação patriótica, quando proclamada em detrimento da verdade⁶⁸.

Este, em esboço, o quadro geral. Qual a situação entre os beneditinos ?.

«A consciência de viver na história que se traduz em curiosidade científica relativamente ao passado e em desejo de deixar monumentos do presente com carácter durável»⁶⁹, exala de um bom conjunto de realizações.

Surde, com nitidez, por exemplo, nos comentários tecidos em textos parenéticos por Fr. Vicente da Soledade e Castro sobre as invasões napoleónicas e, principalmente, sobre a génese e o carácter da revolução de 1820, a qual, em perspectiva de base científica, ele claramente identifica com o que sucede no mundo da física⁷⁰.

À sua conta, a preocupação relativamente ao que no presente acontece e à história cumprir registar, vislumbra-se no cuidado com que se recomenda a feitura, com informes histórico-literários, dos necrológios para os livros de óbitos cenobíticos, na criação, valorização e provimento dos cargos de cronista-mór e cartorário-mór da Congregação, na preparação, nem sempre concluída, de subsídios e memórias para a história da Ordem, em cuja compilação avultam Fr. António da Assunção Meireles, Fr. Francisco da Natividade e Fr. Francisco de S. Luís, o qual,

⁶⁸ Cf. A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, pp. 842-843.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Cf. L. A. de Oliveira Ramos, *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, 1978, pp. 162-165 e 174-178.

na *Memória* sobre um geral de perfil ilustrado, o diz «digno de servir de modelo aos futuros prelados pelo seu zelo»⁷¹.

Outro aspecto peculiar da historiografia das «luzes» está na intenção de conceber uma história monumental de Portugal. Pois também entre os beneditinos se iniciaram pesquisas com vista a servir à história geral e particular do Reino e outrossim se pensou urdir uma história geral da Ordem. Na redacção da história do país e da Ordem trabalhou, por exemplo, Fr. António de Assunção Meireles. Elementos para o projecto que desejava concretizar constavam do seu espólio⁷².

Diversos monges, por seu turno, e no âmbito da campanha da colheita colectiva de subsídios tão própria da época, compilaram dados sobre os antigos escritores da Ordem. E, entre si, os monges investigadores entreajudaram-se, como colaboraram com historiadores externos da categoria de João Pedro Ribeiro. Por exemplo com ele se cartearam sobre temas científicos Fr. Francisco de S. Luís e Fr. Bento de Santa Gertrudes⁷³. E, a propósito de Fr. António da Assunção Meireles, escreveu o monge Saraiva que ele lhe facultou, sem reserva, o fruto das suas excelentes e individuais pesquisas históricas⁷⁴.

Havia, na verdade, a «noção de se estar a realizar uma empresa de linhas múltiplas, mas, afinal, de interesse comum, o que contribuiu para o recíproco franquear» de «arquivos e documentos bem característicos do quadro da nossa história esclarecida»⁷⁵.

Era um campo onde a pesquisa corria à luz da convicção da falta de estudos históricos indispensáveis e da ausência de fundo científico de trabalhos pretéritos sobre os fastos de antanho. Um monge benemérito confessa que a assídua leitura dos livros da história nacional o levava a verificar que nos respectivos textos pululavam «grosseiros erros» e «torpes anacronismos»⁷⁶. Daí

⁷¹ Cf. L. A. de Oliveira Ramos, cit. *Cardeal Saraiva*, Parte IV, cap. II e cit *Inéditos do Cardeal Saraiva*, p. 70.

⁷² Cf. António Cruz, *Observações sobre o Estudo de Paleografia em Portugal*, Porto, 1967, pp. 33-41.

⁷³ Cf. José Matoso, *Correspondência Diplomática de Fr. Bento de Santa Gertrudes, João Pedro Ribeiro e Fr. Francisco de S. Luís*, in *Lusitânia Sacra*, vols. I-V, Lisboa, 1956-1961.

⁷⁴ Cf. Fr. Francisco de S. Luís, *Prefácio* ao supracitado *Catálogo dos Escritores Beneditinos*.

⁷⁵ Cf., A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, pp. 842-843.

⁷⁶ Cf., *Obras completas do Cardeal Saraiva*, vol. II, Lisboa, 1873, p. 192.

o esforço dos religiosos para vencer tal estado de coisas, tomando como exemplo as extraordinárias realizações científicas dos padres da Congregação de São Mauro e a melhor tradição portuguesa, renovada pela doutrina dos *Estatutos* universitários de 1772. De acordo com semelhantes orientações, domina-os o respeito pela erudição moderna, subordinada às ciências auxiliares e virada para o estabelecimento da autenticidade dos monumentos, à luz de um exigente método científico.

O culto do rigor assume notoriedade no trabalho claustral e sobressai, por exemplo, na correspondência entre Fr. Bento de Santa Gertrudes, João Pedro Ribeiro e Fr. Francisco de S. Luís⁷⁷. Aliás, cuida-se, generalisadamente, do estudo e cultivo de outras ciências auxiliares, com relevo para a paleografia e diplomática, tal qual mostram, já o cadastro das bibliotecas conventuais, já a bibliografia de vários monges escritores⁷⁸. A oposição às fábulas e a subordinação à verdade leva, por exemplo, o monge Saraiva a escandalizar-se com a existência, em certo mosteiro, de um falsário conventual que, ainda nos fins do século XVIII, costumava urdir diplomas apócrifos⁷⁹; leva o mesmo eclesiástico a denunciar, no famoso Fr. Leão de S. Tomás, além de ressaibos de estilo, «algumas taltas de crítica na escolha dos factos e verificação dos documentos»⁸⁰; condu-lo a evocar «fabulosas invenções e inverosimilhança» da nossa historiografia, obriga-o a verberar o engodo, alheio do ofício do historiador, «pelo extraordinário e pelo maravilhoso» e bem assim pelas «credulidades»⁸¹.

E a tendência crítica laicizante das «luzes» é faceta, por mais de um modo, viva na Ordem.

Ela emerge, quanto à faceta crítica, na tese de um beneditino, onde se analisa o episódio de confusão das línguas na torre de Babel⁸² e avulta, com clareza, na distinção metódica, que na Con-

⁷⁷ Ver nota 73.

⁷⁸ Cf. o estudo do Prof. António Cruz referido na nota 72.

⁷⁹ Cf. Alfredo Pimenta, *Inédito Precioso do Cardeal Saraiva*, pp. 14-15. Ver também Biblioteca da Universidade de Coimbra, Ms. 240, fls. III-112v. (Carta de Fr. Francisco de S. Luís para João Pedro Ribeiro).

⁸⁰ Cf. Fr. Francisco de S. Luís, *Fr. Leão de S. Thomás*, in cit. *Catálogo dos Escritores Beneditinos*.

⁸¹ Cf. cit. *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, II, pp. 182-193.

⁸² Cf. Arquivo da Universidade de Coimbra, Ms. 734, fls. 283 e segs., onde figura o trabalho inédito de Fr. Francisco de S. Luís, *Dissertado de Babelica Linguarum Confusione*, 1971.

gregação se fez entre a história eclesiástica e civil, tanto nos estudos⁸³, como, por exemplo, na árvore do saber concebido para o arranjo científico da biblioteca de Tibães⁸⁴.

Ainda segundo entendimento esclarecido, «a história de cada ciência passa a ser considerada... auxiliar do método dessa ciência».

Na verdade, semelhante estudo implicava o estudo dos mestres da matéria, das várias e opostas escolas que motivava, dos seus pontos de vista e respectivos fundamentos, outros sim conduzindo ao confronto de opiniões do qual resultavam outras ideias e no geral o avanço das ciências. Tal é a opinião de Verney, tal é a doutrina do *Compêndio Histórico*⁸⁵ e dos *Estatutos* da Universidade e a do *Plano* de 1789, onde se ordena o estudo prévio da história literária, da filosofia e da teologia, ao lado da história natural⁸⁶. E em texto beneditino lido na Academia das Ciências observa-se que a história pode abarcar o estudo do passado humano, como ainda «tudo quanto produz a natureza, fenómenos e revoluções celestes»⁸⁷.

Por seu turno e de acordo com os ilustrados, a exaltação nacional ou religiosa em detrimento da verdade não colhe na teorização do maior historiógrafo beneditino. Em seu aviso, a história devia ser «testemunho da verdade e julgar e referir os acontecimentos com independente e imparcial inteireza». Tal imparcialidade não permitia ao «escritor deixar-se dominar ou alucinar, nem do amor da pátria, nem do ódio dos estrangeiros», isto é, e no geral, «por motivos ou afectos particulares»⁸⁸.

E sabemos que a abertura relativamente ao estrangeiro e aos estrangeiros historiadores, tão peculiar do cosmopolitismo das luzes⁸⁹, não está ausente entre os beneditinos. Por isso se lêem e seguem os mauristas, bem como diversos autores laicos e eclesiásticos da história⁹⁰.

⁸³ Cf. *Plano de 1789*, p. 10.

⁸⁴ Cf. Biblioteca Pública de Braga, Ms. 950.

⁸⁵ Cf. *Compendio Historico da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1772, p. 249.

⁸⁶ Cf. *Plano de 1789*, pp. 11 e 17.

⁸⁷ Cf. cit. *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, X, Lisboa, 1883, p. 5.

⁸⁸ *Ibidem*, III, Lisboa, 1874, pp. 305 e 212 e II, pp. 192-193.

⁸⁹ Cf., A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, p. 843.

⁹⁰ Cf., L. A. de Oliveira Ramos, cit. *Os monges e os livros no século XVIII*, pp. 12-13.

Do mesmo passo, desenvolve-se a reflexão sobre a história, já no seu estrito âmbito, já no da reflexão sobre a teoria dos géneros literários e da fixação racional das respectivas regras, já, enfim, visando o estabelecimento de um neo-clacissismo de reacção contra o barroco, como ainda o alargamento do público leitor⁹¹. Exemplo desta confluência de fitos própria das luzes, na história, na literatura, na retórica e na linguística, encontramos-lo bem definido na *Comparação entre a História de D. João de Castro de Freire de Andrade e a Vida de D. Paulo de Lima de Diogo do Couto*, a que a Academia Real das Ciências outorgou uma medalha de ouro, assim premiando um laborioso ensaio concebido em casa beneditina⁹².

Só que o movimento cultural das «luzes», além de rebrilhar no campo da filosofia e da teologia, como vimos ao tratar da data da sua chegada à Congregação de S. Bento, rebrilha no campo das humanidades e das belas letras e rebrilha ainda no campo das ciências.

Observemos então, para concluir esta amostra exemplificativa, o que acontece em relação às ciências ou talvez a «manifestações do novo espírito científico ou filo-científico»⁹³.

Sempre conforme a lição de Coimbra Martins, temos como característico das «luzes», em ciência, a realização de grandes compilações. Elas existem na Ordem, embora aquele autor não as mencione, como nada menciona que se ligue com os beneditinos.

Assim, Fr. António da Assunção Meireles escreveu um *Dicionário Botânico de Portugal*, segundo sistema de Leneu⁹⁴, enquanto o cardeal Saraiva deixou inédita a 1.^a parte do *Catálogo dos Escritores Beneditinos de Portugal* e, bem assim, os elementos para concluir a sua redacção. Para o efeito inspirou-se na *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado, nos trabalhos de autores espanhóis e de monges franceses⁹⁵.

⁹¹ Cf., A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, pp. 843.

⁹² Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, cit. *Cardeal Saraiva*, pp. 32-33 e Cap. I da IV Parte.

⁹³ Cf., A. Coimbra Martins, *ob. e loc. cit.*, p. 847.

⁹⁴ Cf., Fr. Francisco de S. Luís, *Fr. António da Assunção Meireles*, in cit. *Catálogo dos Escritores Beneditinos*.

⁹⁵ *Ibidem*, Prefácio.

Por sua vez, levou 8 a 9 anos a composição da pouco falada *História farmacêutica* do renomado boticário Fr. João de Jesus Maria José⁹⁶.

Em paralelo, numa comunidade onde prima o espírito quantitativo — patente no teor dos «estados» ou relatórios trienais dos mosteiros e na sua atenta discussão nos capítulos gerais — o prestígio das ciências exactas, das ciências naturais, assume tal relevo que o *Plano de 1789*, desenvolvendo o que estava no plano anterior, manda ensinar matemática durante dois semestres do curso secundário de filosofia que cobria três anos e reserva dois semestres às ciências naturais e à física, ficando apenas dois semestres para a filosofia racional e moral. Ora, a hipervalorização das ciências exactas e naturais, aqui testemunhada, quadra com o espírito científico próprio de ilustração, ele próprio venerador da química, cujo magistério, por sofisticado, Fr. Joaquim de Santa Clara remete, com implícito respeito, para o ensino superior⁹⁷.

E se a admiração por Newton outra marca das «luzes», não nos surpreende a consideração que Saraiva deixa transparecer a seu respeito e a respeito de Bacon, de Locke e de Condillac, como autores de sugestivas teorias, teorias que, a seu ver, mesmo quando não eram boas, sempre punham o homem no caminho da verdade, ao contrário dos sistemas filosóficos. Estes, pensava ele, por serem «fundados em princípios abstractos, em hipóteses arbitrárias, etc, quase sempre conduzem ao erro»⁹⁸.

De resto, os beneditinos, por exemplo no plano da saúde, percebiam que a medicina vivia uma época em que era indispensável estar actualizado e daí terem comprado para as suas livrarias publicações clínicas estrangeiras. O médico de Tibães Fr. António de Nossa Senhora das Dores, que no século fora o Dr. António de Mena Falcão esse escreveu a *História Physico-Médica das Caldas do Gerez*, onde não só examina física e clinicamente essas águas, como ensina em que doenças e de que modo devem ser usadas⁹⁹. Um outro monge traduziu passos de obras médi-

⁹⁶ Cf., Fr. Francisco de S. Luís, *Fr. João de Jesus Maria José*, in cit. *Catálogo dos Escritores Beneditinos*.

⁹⁷ Cf., *Plano de 1789*, p. 18.

⁹⁸ Cf., *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, VII, pp. 125-127.

⁹⁹ Cf., por exemplo, o *Index da Biblioteca do Mosteiro de S. Martinho de Tibaens*. Ver também Fr. Francisco de S. Luís, *Fr. António de Nossa Senhora das Dores*, in cit. *Catálogo dos Escritores Beneditinos*.

cas¹⁰⁰, como outros traduziram famosos livros de matemática vertidos em português por beneditinos¹⁰¹. E porque reconheciam a crescente importância científica de anatomia humana no curso de filosofia, não dispensavam os religiosos de estudar «uma abreviada notícia anatómica das partes mais notáveis que compõe a máquina do seu corpo», com relevo para os que concorriam para as funções vitais, havendo também uma sumária referência aos «órgãos sensórios»¹⁰².

Como próprio da ilustração surge, analogamente, a proliferação das farmacopeias. Útil e valiosa foi a do monge de Santo Tirso, Fr. João de Jesus Maria José, autor da *Farmacopeia Dogmática Médico-Cirúrgico e Teorética Prática*, publicada em 1773, que levou 14 anos a fazer¹⁰³.

Finalmente, não deve esquecer-se que o *Plano de 1789* previa a constituição, nos colégios da filosofia, de dois gabinetes, um com «os instrumentos mais necessários de física experimental, e outro para os produtos da história natural»¹⁰⁴.

Gostaríamos de levar mais longe esta resenha àcerca do reflexo das «luzes» em vários ramos do saber, testemunhado nas obras e realizações dos beneditinos portugueses, onde avultam as obras paradigmáticas de Fr. Francisco de S. Bento Barba, Fr. Joaquim de Santa Clara, Fr. Francisco de S. Luís, Fr. António da Assunção Meireles, de Fr. Francisco da Natividade, Fr. Vicente da Soledade, Fr. Bento de Santa Gertrudes, etc.

Os exemplos aduzidos chegam, creio, para documentar o itinerário das «luzes» nos claustros, a sua ressonância em campos do conhecimento diversificados, a que poderíamos somar outros mais.

Sem embargo, torna-se imprescindível salientar que, se a ilustração domina na produção de alguns monges, a par do anti-aristotelismo e de uma filosofia empírica que valoriza a observação e a experiência e desmerece os métodos e as opiniões dos

¹⁰⁰ Cf., A. da Silva Carvalho, *Fr. Francisco de S. Luís e a Medicina*, in *O Instituto*, n.º 115, Coimbra, 1953.

¹⁰¹ É o caso de Fr. Joaquim de Santa Clara, provável tradutor dos *Elementos de Análise e Cálculo* de Bezout para uso na Universidade, e o caso de Fr. Bento de S. José, tradutor das *Lições Elementares de Mathematica* de La Ceille e Marie (Coimbra, 1801).

¹⁰² Cf., *Plano de 1785*, p. 17.

¹⁰³ Cf., nota 96.

¹⁰⁴ Cf., *Plano de 1789*, p. 71.

jesuítas até aí imperantes, a verdade é que muitos religiosos ficaram presos à notícia, à lição da escolástica ou de correntes em que não predomina o racionalismo. De facto, a adesão às novas ideias foi lenta e a sua difusão difícil, especialmente por razões de formação e mentalidades que o magistério de uns tantos não conseguiu, de pronto, compensar.

Daí, o ênfase proselítico do grupo beneditino ilustrado, daí as insistências e o carácter drástico de prescrições constantes do *Plano de 1789*. É que os verdadeiros ilustrados constituíam um pequeno núcleo de vanguarda que lutou pela mudança, que usou de generalizado espírito crítico, que acreditou no progresso e por ele se bateu animado de forte sentido programático.

Na perspectiva do país, o seu fito resultou pois é saliente o número de reformas que vicejou e ao aparelho do Estado não faltou quem, oriundo da Congregação¹⁰⁵, ajudasse nessa tarefa. Um sector restrito, em que avultam os nomes do futuro cardeal Saraiva e de Fr. Vicente da Soledade, transitou da ilustração para o liberalismo e interpretou a implantação do regime constitucional no país. Quer os ilustrados, quer os liberais estão na origem do Portugal contemporâneo. Os monges que integraram a corrente liberal legaram-nos o respeito pela liberdade, pela discussão e pelas leis votadas em assembleias representativas. À sua conta, aos portugueses de agora, os beneditinos ilustrados oferecem uma experiência que põs a tónica no espírito crítico, nas opções esclarecida e reformista na ideia de progresso.

Que este exemplo e aquele legado frutifiquem daqui para o futuro, de acordo com os parâmetros do nosso tempo, eis o voto que formulo na abertura da Semana Cultural do XV Centenário do Nascimento de S. Bento.

¹⁰⁵ O mais famoso de todos é, sem dúvida, Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão, mas pode também, indicar-se o nome de Fr. Francisco de S. Bento Barba ou de Fr. José de Santa Escolástica. Todos eles serviram a Coroa na censura de livros, na segunda metade do século XVIII.